

## **- SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA NOSSA AGRICULTURA -**

**EDUARDO LACERDA RAMOS**

O funcionamento da agricultura nacional deverá seguir a orientação econômica do atual governo que prevê a “influência crescente do governo na gestão do sistema econômico, com expansão de seus investimentos e de sua capacidade de regulamentar” (1), e o planejamento das decisões com a pretensão de se evitar capacidade ociosa nos setores de infra-estrutura e lograr eficiência nos setores diretamente produtivos. Os órgãos da administração direta, as autarquias e as empresas governamentais são chamados a estabelecer com clareza as suas linhas de atuação e a proporcionar condições de desenvolvimento do setor privado.

A estratégia adotada para a agricultura nacional visa obter um crescimento anual acima de 7% e consiste em (1) desenvolver a agricultura moderna na região centro-sul (2) modernizar as estruturas de comer-  
*Universitas*, Salvador Nº 21: (111-115)1978.

cialização e distribuição de produtos agrícolas, (3) transformar a agricultura tradicional do Nordeste em agricultura de mercado através da racionalização da estrutura agrária, da adoção de técnicas novas, e da expansão da fronteira agrícola pela incorporação dos vales úmidos, e (4) expandir a fronteira agrícola em novas áreas da Região Amazônica e do Planalto Central (2). Esta estratégia dá prioridade (1) ao desenvolvimento de setores com alta elasticidade renda (2), à industrialização de produtos agrícolas e (3) ao aumento da exportação de produtos agrícolas não tradicionais (3).

A política agrícola pretende se basear no atual sistema de incentivos fiscais, na extensão do uso de insumos modernos e na pesquisa agrícola (4).

O desenvolvimento da agricultura do Nordeste tem função prioritária na economia nacional. Este desenvolvimento possibilitará a melhor organização interna da economia nordestina; a redução do desnível da renda per capita entre esta região e a região Centro-Sul; e a diminuição da atual defasagem entre os setores da economia nordestina e os setores da economia Centro-Sulina.

A agricultura nordestina tem abundância dos fatores trabalho e terra na região como um todo, e escassez de capital e administração nas unidades de produção.

A força de trabalho agrícola era, em 1970, de 5,2 milhões de pessoas, de um total de 8,4 milhões na economia da região. Cerca de metade desta força de trabalho era constituída de pessoas com menos de 30 anos, representando um grande potencial de trabalho.

A área ocupada com lavoura e pastagem foi de 12,1 milhões de ha. e 23,8 milhões de ha. respectivamente, em 1967. Em 1980 serão utilizados 19,0 milhões de ha. com lavouras e 45,7 milhões de ha. com pastagens. A disponibilidade total de terra no Nordeste é de 37,7 milhões de ha. para lavouras e 60,4 milhões de ha. para pastagens. Poderá haver déficit de terras no Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe em 1980; em Pernambuco e Paraíba em 1980; e no Ceará no ano 2.000. Os Estados de Bahia, Maranhão e Piauí terão terras disponíveis além do ano 2.000 (5).

A escassez dos fatores capital e administração se denota pelos índices de baixa capitalização e pela má organização dos recursos disponíveis das unidades produtoras, que se retratam na predominância da agricultura tradicional e de subsistência e dos minifúndios e latifúndios.

A agricultura nordestina deverá se transformar em uma economia agrícola de mercado capaz de sustentar o crescimento industrial e absorver a maior parcela possível da mão-de-obra, em razão do setor

industrial não ter absorvido, por si só, o aumento da população urbana (6). Esta transformação da agricultura nordestina arcará de início com o ônus de duas décadas recentes de estagnação (1940 e 1950) e uma década anterior de desenvolvimento insatisfatório (1960). Admite-se que o setor agrícola crescerá durante a década de 70 a taxa de 6,5%, superior à taxa de 5 e 6% dos últimos 15 anos. Com um crescimento anual de 6,5% do setor agrícola, 15% do setor industrial e 10% do setor de serviços, durante a década de 70, a renda per capita do Nordeste aumentará de 200 dólares em 1970 para 396 dólares em 1980 (7).

Os métodos de produção a serem desenvolvidos na agricultura nordestina devem visar a utilização efetiva dos fatores de produção abundantes, mão-de-obra e terra. Por exemplo, nas áreas de produção de culturas alimentares e de alta densidade populacional, deve-se empregar a mecanização animal e outras práticas que evitem, quando possível, a grande mecanização total.

A agricultura baiana possui as características gerais acima apresentadas para a região Nordeste, apresentando naturalmente aspectos próprios.

Os elementos positivos que podem contribuir para a transformação da agricultura tradicional da Bahia numa agricultura moderna de mercado são a diversidade de regiões fisiográficas, a disponibilidade de mão-de-obra e as possibilidades de industrialização.

A diversidade de regiões fisiográficas possibilitam as explorações atuais de gados bovino, caprino e ovino e de mamona, sisal e algodão no planalto centro oriental e no oeste do estado onde predominam os climas tropical quente e úmido e semi-árido; as lavouras xerófilas na área do polígono das secas, a qual representa 57% da superfície do estado; a introdução e desenvolvimento da agricultura moderna irrigada nas bacias hidrográficas dos rios Itapicuru, Vaza-Barris e S. Francisco que atravessam as áreas de climas tropical quente e úmido e semi-árido; cacau, seringueira e dendê nas regiões de climas da selva e de bosque chuvoso; uma gama de espécies frutícolas de climas tropical, subtropical e temperado, cereais inclusive trigo, legumes, tubérculos e espécies hortícolas que podem vir a ser cultivadas amplamente nas regiões de clima tropical quente e úmido e semi-árido acima mencionadas; a pecuária e a silvicultura que poderão se desenvolver nas regiões de climas das selvas e de bosque chuvoso; a existência da melhor reserva de floresta tropical do Brasil, situada no sul do estado e que poderia ser explorada racionalmente, com grande vantagem para a economia do estado (8).

A disponibilidade de mão-de-obra é uma vantagem inicial numa economia agrícola que tem abundância de terra e escassez de capital. Já a possibilidade da industrialização é um elemento positivo da transforma-

ção da agricultura tradicional numa agricultura moderna de mercado, devido a aumentar a demanda para os produtos da agricultura e concorrer para a estabilização dos preços agrícolas, além de exercer outras influências colaterais sobre a agricultura. Vários produtos da agricultura baiana estão sendo ou poderão ser industrializados, a exemplo do cacau, fumo, mamona, sisal, frutas tropicais, etc.

Os elementos negativos particulares da agricultura baiana, além daquelas características do Nordeste como um todo e já assinaladas, são:

1. Produção vulnerável às secas ou as estiagens em mais da metade do território estadual.
2. Oscilação dos preços internacionais do cacau, sisal, fumo e outros.
3. Ausência de cinturão verde em cidades importantes como Salvador e Itabuna.
4. Deficiência dos sistemas de comercialização e abastecimento.
5. Serviço insuficiente das instituições de coordenação e execução das políticas de reformulação e promoção da economia agrícola.

O programa do atual governo estadual para a agricultura (9) procura situar a política de desenvolvimento da agricultura da Bahia nas linhas gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento. A execução do programa pode ser visualizada pelos seguintes resultados expressos no relatório do governo para o ano de 1971:

1. 532.000 Kg. de sementes selecionadas de algodão, milho, feijão e arroz, comercializadas pela CAMAB.
2. Elaboração de 2.400 projetos agrícolas pelo IBCR, CONDEPE e ANCARBA, representando financiamentos de Cr\$ 38.167.582,00.
3. Vacinação de 2.600.000 bovinos contra a aftosa, pelo GERFAB, em 74 municípios.
4. Ampliação da capacidade de armazenamento da CASEB.
5. Início de programas para a constituição da patrulha moto-mecanizada.
6. Defesa dos seringais baianos e melhoramento e expansão da cultura do café.
7. Providências para garantir a comercialização, no estado, de suas madeiras de lei, e replantio obrigatório de árvores para compensar as abatidas.
8. Revisão da lei de terras para facilitar aos que ocupam as terras devolutas ou as querem trabalhar, a obtenção dos títulos dominiais.

Não está no escopo deste trabalho fazer uma análise crítica da coordenação e da execução da política agrícola no Estado. Apenas vamos sugerir medidas que nos parecem necessárias para se aproximar o desempenho da agricultura baiana daquelas metas propostas pelo governo federal, pelas agências federais, o Banco do Nordeste (BNB) e a

Sudene, e pelo Governo Estadual, a luz das informações acima arroladas. As medidas propostas são:

1. Determinação conjunta do programa de coordenação e execução da política agrícola do estado, pelos órgãos de administração direta, autarquias e empresas governamentais que operam no estado.

2. Adequação dos meios às metas fixadas pela política de transformação da agricultura, notadamente para se conseguir o crescimento anual de 6 a 7%. Observa-se que enquanto o Governo Federal planejou para agricultura e abastecimento uma parcela de 8,7% dos investimentos totais programadas para 1972/1974 (10), o Governo Estadual programou a aplicação de apenas 1,78% das despesas totais, em agricultura e abastecimento (11), apesar da agricultura representar 36,5% do valor do produto interno do estado, e ocupar a maior parte da sua população.

3. Realização de diagnóstico da agricultura estadual que permita quantificar a necessária participação dos órgãos de coordenação e execução da política agrícola de tal forma a assegurar plena realização das metas planejadas.

4. Definição clara das tarefas a serem executadas pelos órgãos, dentro da programação conjunta.

5. Remuneração dos técnicos que lhes permita manter as suas famílias satisfatoriamente, sem precisar recorrer a outras ocupações remuneradas.

## NOTAS

1. Plano Nacional de Desenvolvimento. (PND). 1972/1974. p.p. 17 e 19.
2. IBID. p. 24.
3. IBID. p.p. 24 e 25.
4. IBID. p. 25.
5. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Relatório do Exercício de 1971. p.p. 47, 48, 67.
6. "... na década de 60 a população urbana cresceu a 6% ao ano, enquanto o emprego industrial aumentou de apenas 1 a 2%, anualmente." 1 Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). p. 28. O desemprego nas atividades não-agrícolas era da ordem de 25% em 1970. BNB. Relatório do Exercício de 1971, p. 48.
7. BNB. Relatório do Exercício de 1971, p. 27.
8. Ramos, Eduardo Lacerda. Economia Bahiana — Estudo sobre o Setor Agrícola. Ministério de Agricultura-EPE-IPEAL. Circular nº 17 Cruz das Almas, 1969. 50 p.
9. Governo do Estado da Bahia. Programa de Governo-1972/1974. Vol. 11.
10. PND, p. 48.
11. Governo do Estado da Bahia. Programa de Governo 1972/1974. Vol. 11, p. 246.